

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: uma interface entre as expressões da vulnerabilidade social e a fragilização dos vínculos familiares e comunitários

THE SOCIAL ISSUE IN BRAZIL: an interface between expressions of social vulnerability and the weakening of family and community ties

Cíntia de Lima Bueno¹
Rosilene Marques Sobrinho França²

RESUMO

Nesse estudo analisamos as expressões da vulnerabilidade social, que afetam sobretudo as famílias pobres e periféricas, resultando na fragilização dos vínculos familiares. Em um primeiro momento, situa-se os determinantes históricos que fundamentam o terreno no qual se expressa a questão social no Brasil, em seguida, aborda-se a condição de desproteção familiar, reforçada pela conjuntura sociopolítica, exemplificada no contexto judiciário e penal brasileiro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, a fim de contextualizar o desenvolvimento político-econômico da sociedade e identificar sua correlação com a perpetuação das vulnerabilidades que retroagem na forma de organização familiar.

Palavras-chave: Questão social; vulnerabilidade; família.

ABSTRACT

The study aims to analyze the expressions of social vulnerability, which mainly affect poor and peripheral families, resulting in the weakening of family ties. Firstly, the historical determinants that underlie the terrain in which the social issue is expressed in Brazil are located, then the condition of family lack of protection is addressed, reinforced by the sociopolitical situation, exemplified in the Brazilian judicial and criminal context. This is a qualitative and bibliographical research, in order to

¹Mestranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Email: delimacin23@gmail.com.

² Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre e Doutora em Políticas Públicas (UFPI). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (UFPI). Email: rosilenemarquessobrinho@gmail.com.

contextualize the political-economic development of society and identify its correlation with the perpetuation of vulnerabilities that react in the form of family organization.

Keywords: Social issues; vulnerability; family.

1 INTRODUÇÃO

No âmbito social, a vida e as formas de organização dos sujeitos são influenciadas por condicionalidades históricas que regulam as estruturas da sociedade e as interações estabelecidas. Nesse sentido, a formação da sociedade brasileira é marcada pela reprodução de diferentes arranjos econômicos, marcados por uma dicotomia antagônica na relação entre formas de produção e exploração do trabalho.

Desse modo, esse trabalho objetiva analisar as expressões da questão social no Brasil e seu impacto na fragilização dos vínculos familiares, em contextos de vulnerabilidade social. Tem por finalidade abordar as categorias de raça, classe e gênero no interior dessas relações sociais. A abordagem realiza-se a partir dos autores: Borges et al (2021), Costa e Rafael (2021), Carretero (2021), Kilduff e Silva (2019), Navaz e Koller (2006), Gomes e Pereira (2005), entre outros. Engloba as repercussões do colonialismo, no desenvolvimento do patriarcado e construções de gênero e raça, assim como, os efeitos do processo de acumulação capitalista e da ideologia neoliberal no campo social.

A construção metodológica desse estudo, desenvolve-se por meio de abordagem qualitativa exploratória e revisão bibliográfica, de forma a analisar a presente temática e responder aos objetivos propostos. Inicialmente, busca-se estabelecer a relação entre o movimento sócio-histórico no qual se fundamenta a questão social, com ênfase nas particularidades históricas do sistema colonial e do modo de produção capitalista, bem como nos desdobramentos das vulnerabilidades sociais nesse contexto.

Logo após, enfatiza-se o tratamento dado a questão social pelo Estado, promovendo a implementação de políticas simplistas e residuais que impactam na estrutura familiar, tomando por base a análise do processo de destituição do poder familiar e do encarceramento. Conclui-se, que a desproteção social contribui para o surgimento de suscetibilidades, na reprodução da pobreza, exclusão social e marginalização das classes, com a negligência do Estado endossando o fenômeno de criminalização da pobreza.

2 A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

A Questão Social, se legitima enquanto um constructo multidimensional pelo qual se interpelam determinantes de ordem socioeconômica, política e cultural. Envolve a análise do conjunto de desigualdades e mazelas sociais enraizadas no processo de formação da sociedade brasileira, estando intrinsecamente ligada a grupos e minorias sociais historicamente marginalizados.

Analisando os componentes de sua constituição, Santos (2012) contextualiza a questão social como uma unidade intrínseca à gênese do processo de acumulação capitalista, identificando as implicações do desenvolvimento do capital na configuração das estruturas sociais e nas relações estabelecidas entre os diversos estratos sociais. Assim sendo, a questão social assume uma dimensão política, intimamente relacionada à distribuição de poder e riquezas produzidas socialmente (Ibidem, 2012).

As autoras Santos (2012), Borges et al (2021), e Costa e Rafael (2021) a partir da teoria marxista, identificam a formação da questão social como resultado da dualidade intrínseca à estrutura organizacional do capitalismo, que implica na ampliação da riqueza em paralelo à persistência da pobreza. Essa antítese denota a natureza contraditória e imperiosa do capitalismo, em que a prosperidade de certos setores é obtida por meio da marginalização de outros segmentos sociais.

Ademais, este sistema baseia-se na subsunção dos trabalhadores a uma estrutura de exploração marcada pela interseção das normativas de produção e formas de dominação das elites capitalistas. Nesse contexto, os movimentos da classe operária emergem como um meio de contestação à exploração capitalista do trabalho, sendo um agente impulsionador na busca pela superação das disparidades inerentes ao ordenamento societário latente (Ibidem, 2012; Borges et al, 2021).

Todavia, é necessário examinar o surgimento da questão social mediante uma abordagem analítica ampliada, como forma de considerar as particularidades de sua natureza. De acordo com Carretero (2021), no Brasil, os primeiros sinais do capitalismo manifestam-se por meio de sua forma de acumulação originária, característica do período colonial. Em sua fase inicial, a estrutura socioeconômica colonial era predominantemente orientada para a extração de recursos naturais e a atividade agrícola, em consonância com as exigências do mercado, em que a escassez de mão de obra na Europa resultou no impulso a prática da escravidão no Brasil (Carretero, 2021).

Sousa e Teles (2021) descrevem as seguintes implicações desse sistema: o surgimento da propriedade privada e a exploração do trabalho, a transformação do escravo em mercadoria, as disputas e lutas de classe, as estruturas de poder e a introdução de mecanismos de dominação ideológica, incluindo a criação da noção de raça, usada para justificar a escravidão com base na suposta inferioridade dos negros e índios.

Nesse contexto, as relações de classes em interseção com o racismo desempenham papel crucial no arranjo e perpetuação do sistema colonial. A dinâmica societária é marcada por antagonismos e disparidades econômicas, com a expressão da pobreza e desigualdade, estabelecida sobre um regime de exploração que recai exclusivamente sobre negros e indígenas (Silva, 2013).

Conforme a autora, a dominação política e social à qual estavam submetidos contribui para o processo de aculturação das especificidades que compõem a identidade e o pertencimento social desses povos. Desse modo, a população escravizada e negra se encontrava subjugada aos padrões da classe dominante, o que incluía a aceitação das normas patriarcais e a supressão de suas próprias expressões culturais (Ibidem, 2013).

Posteriormente, o processo de independência do Brasil, embora comumente representado como um ato emancipatório e com implicações revolucionárias, contribui para a dialética de dominação elitista, uma vez que, não representou uma ruptura total com a estrutura econômica baseada na escravidão (Ibidem, 2013).

Em conformidade com isso, Carretero (2021) complementa que o legado perene da colonização exerce influência, de maneira substancial, sobre o desenvolvimento econômico e social do país. Destaca-se que, apesar da transição do trabalho escravo para o assalariado ainda subsistem na ambiência social aspectos vinculados a escravidão que continuaram a influenciar as dinâmicas sociais e políticas.

Além disso, a ascensão do capitalismo não se opõe diretamente às classes dominantes do antigo regime, por outro lado, há uma interação entre as estruturas econômicas emergentes capitalistas e as estruturas sociopolíticas anteriores, assim, o capitalismo se consolida na forma de uma aristocracia burguesa, que se beneficia das estruturas de poder existentes para reforçar sua influência e posição social (Ibidem, 2021).

O avanço do capitalismo industrial demandava uma força de trabalho flexível e assalariada, que se adaptasse às necessidades de produção e ao ritmo das indústrias emergentes. Dessa forma, Borges et al (2021) afirmam que o fim da escravatura foi

impulsionado pela necessidade de adaptação do sistema econômico às demandas do capitalismo, combinado em uma forma de capitalismo periférico e dependente caracterizado por desigualdades sociais e econômicas profundas.

Os autores Costa e Rafael (2021, p. 79), situam a questão social como um fenômeno intrínseco ao capitalismo, em que “não existe capitalismo sem questão social”. Nesse contexto, observa-se uma dualidade intrínseca que guia a dialética da produção e distribuição da riqueza. A dinâmica econômica do capitalismo é orientada pela socialização da produção, visando à geração de riqueza; no entanto, essa riqueza é monopolizada por uma minoria proprietária, que expropria dos trabalhadores os frutos de sua produção (Sousa, 2012; Costa; Rafael, 2021; Mara; Bezerra, 2021).

Além disso, esse sistema se apropria da formação de uma superpopulação excedente, decorrente do avanço tecnológico na produção e da substituição do trabalho humano, para impulsionar o progresso do capitalismo (Sousa, 2012; Costa; Rafael, 2021; Mara; Bezerra, 2021). Isso contribui para a “redução no valor da força de trabalho, aumentando a acumulação através da extração de mais-valia relativa” (Mara; Bezerra, 2021, p. 113), gerando, assim, a expansão do desemprego e do fenômeno do pauperismo entre os estratos marginalizados da sociedade.

Diante disso, o engajamento político dos trabalhadores aborda a questão social como o cerne de suas reivindicações, configurando um campo político onde há uma expressiva polarização de interesses (Borges et.al, 2021). Conforme Silva (2013) é no ano de 1930 que a questão social se legitima na arena pública e no qual a classe operária emerge assumindo papel central nesse processo.

Durante o governo Vargas houve um incremento a consolidação de políticas sociais voltadas para os direitos trabalhistas, todavia, os desdobramentos sociopolíticos que orientam a constituição das políticas sociais fundamentam-se no contexto de regimes autocráticos, sob os quais essas não ocupavam papel central na agenda política e econômica do país (Carretero, 2021).

Em conformidade com isso, Borges et.al (2021, p. 134) destacam que a incorporam de demandas sociais para o desenvolvimento das Leis trabalhistas em 1930, compreende um empreendimento estratégico na regulação e controle social da classe operária, constituindo uma espécie de “revolução passiva” na concessão de direitos, mas dentro de limites que não ameaçavam o sistema capitalista nem as estruturas de poder estabelecidas.

Nesse ínterim, a ênfase estava na repressão às lutas dos trabalhadores, percebidos como uma ameaça ao status quo (Silva, 2013). A autora complementa que as políticas adotadas detinham uma abordagem paternalista, alinhada com os interesses das elites dominantes e dos setores empresariais, pois buscava fomentar o controle social, aumentar a produtividade, elevar as taxas de lucro e intensificar a exploração da classe trabalhadora.

Entre 1930 e 1970, o Brasil passou por diversas transformações políticas, econômicas e sociais que impactaram as políticas sociais, contudo, conforme menciona Carretero (2021), a partir de Draibe (1993), é incipiente mencionar que o Brasil tenha alcançado plenamente o padrão de Estado de Bem-Estar Social. Logo que, as medidas aplicadas tornaram-se insuficientes para abranger as profundas disparidades, decorrente da abordagem limitada e superficial conferida à questão social (Silva, 2013).

Nesse contexto, é identificada a persistência de fragilidades nos mecanismos de proteção social dentro da estrutura sócio-histórica brasileira, o que contribui para a perpetuação da desigualdade, da pobreza e da marginalização social. Essa persistência evidencia uma convergência de fatores associados ao gênero, à raça e à classe social ao longo de sua trajetória. Compreender esses diferentes segmentos é crucial para analisar como eles impactam as dinâmicas das relações familiares.

3 A VULNERABILIDADE SOCIAL E A FRAGILIZAÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES

No decorrer dos anos 80/90, há uma reconfiguração da questão social dentro do cenário de redemocratização que culminou na Constituição Federal de 1988. Concomitantemente, ocorre a consolidação da ideologia neoliberal, que passou a influenciar as estruturas institucionais e a dinâmica político-econômica no Brasil.

Conforme destacado por Kilduff e Silva (2019) no contexto do conservadorismo neoliberal, o Estado redefine suas formas de atuação dando nova ênfase à assistência estatal, como uma forma de expandir o aparato estrutural do neoliberalismo diante do aumento exponencial da pobreza. Essa mudança ocorre por meio do estímulo ao mercado, especialmente aos segmentos mais pobres, o que tende a subjugar a vida social à dinâmica mercadológica, reforçando a responsabilização individual diante da pobreza (Ibidem, 2019).

Nas palavras das autoras,

a questão social vai sendo escamoteada em questões de ordem privada e individual, passando por um movimento de despolitização, saindo da agenda pública dos grandes conflitos de classe, para à ordem das soluções micro, centralizadas em cada sujeito e seu entorno familiar e, no máximo, se possível, no limite da abrangência comunitária (Ibidem, 2019, p. 621).

Esse processo se insere inclusive no interior das políticas públicas, marcadas pela incorporação de um modo de proteção social insuficiente para conter as contingências sociais (Carretero, 2021). Isso torna-se perceptível a partir da contenção dos investimentos estatais nas políticas sociais, no âmbito da crise fiscal nos anos 80 e 90, decorrente da contração da dívida pública pelo Estado no investimento capitalista, contribuindo para a acentuação dos déficits orçamentários e o enxugamento dos cofres públicos (Ibidem, 2021). Desse modo, o Estado passa a condicionar as políticas sociais conforme os pressupostos de privatização e com a alocação de recursos para políticas seletivas, focadas na mitigação da pobreza (Kilduff; Silva, 2019; Carretero, 2021).

Segundo Gomes e Pereira (2005) as alterações na política econômica geraram significativas repercussões nas esferas da vida social, resultando no aumento das desigualdades. Essas transformações estruturais se reproduzem no agravamento das disparidades de renda entre as famílias, influenciando negativamente suas condições de subsistência e comprometendo sua possibilidade de ascendência social. As autoras identificam que esse cenário é condição iminente para a constituição de uma sociedade abandonada, em face da desassistência governamental, com implicações diretas às famílias pobres e periféricas.

Convém salientar que implicados no cerne da estrutura capitalista e patriarcal, sucedem os desdobramentos de gênero e raça, no interior das relações de trabalho. A partir disso, promove-se a legitimação de um sistema de exploração e opressão feminina, tanto nas relações de trabalho inerentes ao capitalismo quanto na vida doméstica, ancoradas sob um regime de dominação burguesa e masculina, exclusivamente desigual (Biroli; Miguel, 2015).

Analisando a correlação entre capitalismo e patriarcado, os autores Biroli e Miguel (2015), Navaz e Koller (2006) e Costa e Rafael (2021), os conferem enquanto uma dualidade de sistemas singulares, porém, coexistentes entre si. Uma das principais expressões desse fenômeno consiste nas relações de poder, as quais delimitam os espaços sociocupacionais e as atribuições de gênero estritamente desiguais, que reforçam a centralidade do homem e a invisibilização da mulher na dinâmica societária (Navaz; Koller, 2006).

Por outro lado, as expressões de raça se estruturam na forma de uma cadeia hierárquica e demarcam sequências de dominação/subjugação, estabelecendo ainda conexões de classe e gênero, no qual a mulher negra ocupa a base desse sistema (Ibidem, 2006). A convergência desses fenômenos exerce impactos latentes na organização familiar, resultando na intensificação de problemáticas que contribuem para a fragilização dos vínculos.

Outrossim, Gomes e Pereira (2005), argumentam que a situação de desproteção socioeconômica promove um contexto de exclusão social, sendo ambiente propício para o surgimento de vulnerabilidades, que se manifestam na carência de acesso a direitos e de condições que potencializem a autonomia dos indivíduos e a melhoria de sua realidade social.

Conforme situa Cronemberger e Teixeira (2013, p. 14) a exclusão social precede o rompimento dos “vínculos societais”, devido o sucateamento dos direitos sociais que tem por catalisador a ineficiência estatal em garantir formas de integração social e o exercício pleno da cidadania. Nesse sentido, as autoras caracterizam a exclusão social na reprodução da “falta de emprego, de salários, de propriedades, de moradia, de um nível mínimo de consumo; ausência ou dificuldades no acesso a crédito, a terra, a educação, a cidadania, a bens e serviços públicos básicos” (Ibidem, 2013, p. 14).

As transformações e oscilações do capital se materializam no espaço sociofamiliar, sobretudo nas famílias pobres e periféricas. Nesta análise, propõe-se identificar esses impactos na contemporaneidade, no contexto dos processos de destituição do poder familiar e do sistema carcerário.

Inicialmente, analisando o contexto judiciário, em diagnóstico realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, “Destituição do poder familiar e adoção de crianças” (CNJ, 2022), constatou-se que 64,95% das crianças destituídas eram de cor preta/parda. Dentre as razões que motivaram o acolhimento institucional, contidas no Sistema Nacional de Adoção - SNA, destaca-se: negligência (31,3%), conflito familiar (12,3%), abandono (10,7%), transferência (8,6%), uso de álcool e drogas (8,6%), abuso físico ou psicológico (5,3%), não especificado (5,2%), abuso sexual (4,3%), situação de rua (3,3%), colocação familiar mal sucedida (1,8%), carência de recursos materiais (1,2%), entre outros.

O diagnóstico apurou ainda a percepção dos atores do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente quanto as condições que subsidiam a medida de destituição do poder familiar. Os entrevistados relatam que apesar do respaldo normativo que descaracteriza a pobreza como um dos seus condicionantes, “há um excesso de acolhimentos, uma

banalização da suspensão de poder familiar e uma culpabilização das famílias pobres pelas situações a que estão expostas, ensejando a retirada de seus filhos” (CNJ, 2022, p. 140).

Em contrapartida, outros situam a negligência do cuidado como principal fator determinante para a perda do poder familiar. Todavia, o conflito dessa perspectiva consiste na despersonalização de componentes macroeconômicos. Conforme Nascimento et al (2023, p. 109) esse conceito “se reduz à negligência da família em relação à criança, mas não do Estado em relação à família e à criança”. Nesse sentido, ocorre a migração do papel previamente atribuído ao Estado, porém, atualmente, é empregado para promover o discurso de culpabilização das famílias na carência da oferta de condições dignas de habitação, saúde, educação e alimentação (Ibidem, 2023).

Outrossim, a ofensiva neoliberal conduz os diversos segmentos sociais a situações de precarização e instabilidade. Nesse contexto, observa-se a recorrente expressão da criminalidade enquanto alternativa à ineficácia do Estado em prover as demandas sociais (Ibidem, 2023). Dessa forma, o Estado se utiliza dos aparatos de repressão como meio de controlar as classes, de forma discriminada, principalmente as “populações mais pobres, negras e moradoras de bairros periféricos” (Sousa; Oliveira, 2022, p. 52).

As autoras descrevem a influência dos vestígios histórico-estruturais que organizam o sistema penal brasileiro, destacando como o Estado delega ao encarceramento a solução dos problemas gerados pelo modo de produção capitalista (Ibidem, 2022). Conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), na obra “Racismo Estrutural e Segurança Pública: caminhos para a garantia do direito às vidas negras” (FBSP, 2023), verificou que em 2022 a população carcerária foi de 832 mil pessoas, sendo 68,2% composta por pessoas negras.

Conforme identificado por Sousa e Oliveira (2022) e pelo FBSP (2023), a manifestação do racismo na lógica do encarceramento se evidencia na Lei de drogas 11.343/06, em razão da indistinção entre usuário e traficante. Logo, a abordagem policial é fundamentada conforme os critérios de raça e classe socialmente construídos, conduzindo o contingente da juventude negra ao sistema penal (Ibidem, 2022).

Denota-se, o espriamento do policiamento seletivo e penalizador do Estado, em que, orientado por paradigmas político-econômicos de concentração de riquezas em detrimentos dos direitos sociais, lança à invisibilidade a população negra, contribuindo com o discurso de criminalização da pobreza e reprodução do racismo estrutural (Sousa; Oliveira, 2022).

Nesse viés, ao analisar a relação entre pobreza e a criminalização, Lima Silva e Lima Almeida (2023) destacam que ocorre uma descontextualização da pobreza, desvinculando-a da desigualdade e sendo associada à ociosidade e à falta de motivação. Por outro lado, a correlação entre pobreza e criminalidade, se estrutura conforme os autores em “disparidades raciais e socioeconômicas” (Ibidem, 2023, p. 19).

Segundo Gomes e Pereira (2005), a ausência do Estado coloca sobre a família a difícil responsabilidade de lidar com as problemáticas socioeconômicas, em um contexto que torna desafiador ultrapassar esses obstáculos. Assim, é inviável pensar a fragilização dos vínculos familiares desassociada da condição de vulnerabilidade e desigualdade social (Ibidem, 2005).

Desse modo, observa-se a necessidade de fortalecer o sistema de proteção social às famílias e populações vulnerabilizadas, o que requer uma abordagem mais abrangente por parte do Estado, que vá além de medidas emergenciais e benemerentes. Essa intervenção não deve se limitar a mitigar os efeitos imediatos da pobreza, mas sim abordar suas raízes estruturais, promovendo a integração e a igualdade de oportunidades e garantindo o acesso a serviços essenciais como saúde, educação, moradia e assistência social.

4 CONCLUSÃO

Ao longo da presente análise objetivou-se situar as manifestações das vulnerabilidades sociais no interior das particularidades históricas que conformam a sociedade e impactam as famílias. Nesse sentido, a pobreza constitui um fenômeno multidimensional, determinada conforme características de renda, moradia, alimentação, trabalho entre outros. Entender as suas expressões implica delimitar a constituição desse fenômeno no âmbito da reprodução das condições materiais inerentes ao sistema capitalista.

Por meio dessa abordagem, percebe-se a influência dos mecanismos de dominação da sociedade colonial e a incorporação das bases estruturais desse sistema, incluindo a acumulação primitiva e a formação do patriarcado, na configuração do modo de produção capitalista.

Nesse contexto, a sociedade é condicionada pelo fenômeno de subordinação do trabalho ao capital, sob a forma de uma relação caracterizada pela exploração/dominação. Esse processo agrava as disparidades socioeconômicas, pois o capital passa a influenciar as relações sociais e o desenvolvimento do sistema financeiro. Isso resulta na ampliação das

expressões da questão social, à medida que o capitalismo marginaliza segmentos e classes sociais não contemplados pela política econômica, gerando abismos de pobreza na sociedade.

Dessa forma, as vulnerabilidades sociais são acentuadas em um contexto onde as políticas públicas falham em potencializar a ascensão social e a integração dos grupos marginalizados. Ao mesmo tempo, reforçam-se os elementos estruturais da sociedade, caracterizados pelas desigualdades raciais, de classe e de gênero, além de contribuir para a tendência de criminalização da pobreza e culpabilização das famílias devido à sua condição de miserabilidade.

Portanto, é fundamental refletir sobre a dinâmica familiar dentro do contexto sociopolítico e econômico da sociedade, logo que, permite contextualizar as condições que impactam as relações familiares e contribuem para a situação de vulnerabilidade

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**. Londrina, v. 20, n. 2, p. 27–55, 2015

BORGES, Maria Elizabeth Santana, et al. A “QUESTÃO SOCIAL” NA HISTÓRIA: APONTAMENTOS SOBRE A CONJUNTURA BRASILEIRA. **Temporalis**, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 126–142, 2021.

CARRETERO, Gustavo Henrique. Particularidades Históricas e Sociais do Entrelaçamento Entre Capitalismo, Questão Social e Políticas Públicas no Brasil. **Gestão e Políticas Públicas**. 11(1), p. 81-97, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Destituição do poder familiar e adoção de crianças**. Brasília: CNJ, 2022.

COSTA, Renata Gomes da; RAFAEL, Josiley Carrijo. Questão social e sua particularidade no Brasil: imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo. **Temporalis**. Brasília, ano 21, n. 42, p. 77-93, 2021.

CRONEMBERGER, Izabel Herica Gomes M.; TEIXEIRA, Solange Maria. FAMÍLIAS VULNERÁVEIS como expressão da questão social, à luz da política de assistência social. **Informe econômico**. Ano 14, n. 29, p. 13-23, 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Racismo Estrutural e Segurança Pública: caminhos para a garantia do direito às vidas negras**. Brasília: FBSP, 2023.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciencia & saúde coletiva**. v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

KILDUFF, Fernanda.; SILVA, Mendes da Silva. Tensões da política social brasileira: entre o aparato assistencial e a criminalização da questão social no Brasil. **Katálysis**, v. 22, n. 3, p. 619–630, 2019.

LIMA, Silva. Gilberto Júnior; LIMA, Almeida. Aralí dos Santos. A criminalização da pobreza como forma de violência estrutural contra jovens na América Latina. **Revista Latino-Americana de Criminologia**, v. 3, n. 1, p. 13–39, 2023.

MARA, Eduardo; BEZERRA, Lucas. A BUSCA COMO MEDIDA: a questão social na formação social brasileira. **Temporalis**, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 110–125, 2021.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 49–55, 2006.

NASCIMENTO, Laura do et al. A dinâmica das justificativas para a destituição do poder familiar: uma análise de três documentos jurídicos contemporâneos. **Universitas**. Ano 17, nº 32, 2023.

SANTOS, Josiane Soares. Questão social: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez editora, 2012.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. Questão social e serviço social na formação sócio-histórica brasileira. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 261-278, jan./jun. 2013.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de; TELES, Heloísa. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. **Temporalis**, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 44–61, 2021.

SOUZA, Jéssica de Oliveira; OLIVEIRA, Larissa de Moraes. **Criminalização da pobreza e encarceramento em massa da população negra no Brasil**. Monografia (Bacharelado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Franca, 2022.